

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA  
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP  
LICENCIATURA EM LETRAS**

**DAYANE PONTES DE ARAÚJO**

**DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA  
PARA ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE LETRAS DO CESP/UEA**

Parintins - AM  
2023

**DAYANE PONTES DE ARAÚJO**

**DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA  
PARA ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE LETRAS DO CESP/UEA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientadora M.Cs. Francisca Keila de Freitas Amoedo

Parintins - AM  
2023

**DAYANE PONTES DE ARAÚJO**

**DESAFIOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA  
PARA ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE LETRAS DO CESP/UEA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Francisca Keila de Freitas Amoedo (CESP/UEA)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Delma Pacheco Sicsú (CESP/UEA)  
Membro interno

---

Prof. MSc. Mariê Augusta de Souza Pinto (SEDUC)  
Membro externo

## **DEDICATÓRIA**

*À minha família que está sempre ao meu lado me apoiando e me fortalecendo.*

*À minha querida Let18, meus companheiros nessa jornada acadêmica.*

*A meu avô (in memoriam).*

*À comunidade surda da cidade de Parintins.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pois para ele nada é impossível. À minha família que significa tudo para mim, sem vocês nada seria possível. Obrigado por tudo.

Aos meus pais que são meus guias e meus maiores incentivadores que me ensinaram tudo que sei e fizeram eu me tornar a pessoa que sou hoje. Aos queridos e amados irmãos Tyciane, Thaís, Felipe, Mateus e ao meu sobrinho e príncipe Vinícius, vocês são muito importantes para mim. Eu agradeço a Deus por ter vocês.

À minha orientadora Francisca Keila de Freitas Amoedo que acompanhou minha jornada acadêmica desde o início, você me ajudou e me incentivou muito. Foi difícil completar esse trabalho, mas ele está aqui. Ficou pronto porque você acreditou em mim. Agradeço todas as palavras, elas foram importantes nos momentos mais difíceis. Reiniciar a jornada acadêmica depois de já ter finalizado quatro anos de estudos exaustivos foi desafiante e significativo. O CESP-UEA, nossa Casa Verde, rende a nós, seus acadêmicos, momentos felizes e gratificantes.

A todos os meus professores do colegiado de Letras que contribuíram enormemente na minha carreira acadêmica, sei que as muitas exigências que impuseram a nós, alunos, tinha um único objetivo, o nosso crescimento humano e profissional. A vocês, Celeste, Dilce, Delma, Franklin, Gleidys, Grizoste, Luís Alberto, Marlon e Patrícia, toda minha gratidão.

À minha amada Let18, cada um de vocês contribuiu significativamente na minha vida, me tornei alguém melhor depois que os conheci. Nosso lema sempre foi a união, mas os rumos da vida, na metade da nossa caminhada, nos separaram em períodos diferentes, mas ainda permanecemos juntos, porque nossa filosofia é "*ninguém solta a mão de ninguém*" e foi assim que enfrentamos uma pandemia.

Em especial, agradeço a Sabrina, Terciane, Sophia e ao Erick, estar junto de vocês nesses mais de quatro anos foi essencial na minha formação enquanto pessoa e professora, Erick você me fez entender o real significado do que é inclusão. À Luana Rosa, Tayane, Gustavo e Letícia, a amizade de vocês me fortaleceu. Vocês estiveram ao meu lado durante todo o tempo, obrigada pela amizade, incentivo e todos os momentos que vivemos na nossa Casa Verde. À Hayra e Sanis muito obrigada pela amizade.

À minha família, amigos Let18 e professores minha eterna gratidão!

## RESUMO



A temática pautada nos “Desafios do ensino-aprendizagem da língua portuguesa escrita para acadêmicos surdos no curso de letras do CESP/UEA”, traz à tona discussões que envolvem as políticas públicas de inclusão atuais que possibilitaram o acesso de pessoas com deficiência tanto na educação básica quanto no ensino superior. Além de promover a inclusão, é necessário mobilizar alternativas para que os estudantes possam desenvolver suas potencialidades. Por isso, este trabalho tem como objetivo a identificação das principais dificuldades enfrentadas por acadêmicos surdos do Curso de Letras, no que diz respeito utilização da Língua Portuguesa, na modalidade escrita formal, descrevendo os desafios enfrentados pelos acadêmicos surdos e professores. Com isso, este estudo qualifica-se como pesquisa de campo por meio de estudo de caso de natureza qualitativa na medida em que pretende descrever e analisar uma realidade social, tem como base as pesquisas desenvolvidas por Daroque (2011), Quadros (2004), Pereira (2014), Quadros e Schmiedt (2006) e Souza et al (2020), dentre outros teóricos do ensino de língua portuguesa para surdos. A partir dos dados obtidos, considera-se que o processo ensino-aprendizagem no ensino superior para a formação de professores surdos está passando por adequações para que se atendam às necessidades dos acadêmicos surdos que ingressam nas universidades e enfrentam dificuldades, principalmente, de natureza linguística, na leitura, interpretação e produção de textos escritos em língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Ensino-aprendizagem. Língua Portuguesa. Escrita formal. Surdos. Ensino Superior.

## ABSTRACT

The theme based on the “Challenges of teaching and learning the written Portuguese language for deaf academics in the CESP/UEA language course”, brings up discussions that involve current public policies of inclusion that have enabled access for people with disabilities both in education basic as well as higher education. In addition to promoting inclusion, it is necessary to mobilize alternatives so that students can develop their potential. Therefore, this work aims to identify the main difficulties faced by deaf academics of the Literature Course, with regard to the use of the Portuguese language, in the formal written modality, describing the challenges faced by deaf academics and teachers. Thus, this study qualifies as field research through a case study of a qualitative nature insofar as it intends to describe and analyze a social reality, it is based on the research carried out by Daroque (2011), Quadros (2004), Pereira (2014), Quadros and Schmiedt (2006) and Souza et al (2020), among other theorists of Portuguese language teaching for the deaf. From the data obtained, it is considered that the teaching-learning process in higher education for the training of deaf teachers is undergoing adaptations so that they meet the needs of deaf academics who enter universities and face difficulties, mainly of a linguistic nature. , in reading, interpreting and producing texts written in Portuguese.

**Keywords:** Teaching-learning. Portuguese language. Formal writing. Deaf. University education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>11</b>
1.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	11
1.2 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA ACADÊMICOS SURDOS.....	14
<b>1.2.1 O papel do tradutor intérprete no processo de ensino-aprendizagem ...</b>	<b>19</b>
1.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DO BILINGUISMO .....	21
1.4 A ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA DE ACADÊMICOS SURDOS .....	25
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>32</b>
<b>3. ACADÊMICOS SURDOS E PROFESSORES DE LETRAS: OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR</b> .....	<b>32</b>
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E DOS PARTICIPANTES ...	32
3.2 A LIBRAS COMO MECANISMO PARA O APRIMORAMENTO DA ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	36
3.3 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	39
<b>3.3.1 Leitura e Escrita</b> .....	<b>39</b>
<b>3.3.2 Comunicação</b> .....	<b>42</b>
<b>3.3.3 Formação de Professores</b> .....	<b>45</b>
3.4 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS EM SALA DE AULA PARA REDUÇÃO DAS DIFICULDADES.....	47
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>52</b>



## INTRODUÇÃO



*"A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades".*

Paulo Freire

No cenário educacional atual pautado na perspectiva inclusiva ainda percebemos que os alunos surdos são alfabetizados seguindo os mesmos processos e materiais utilizados nas escolas com alunos ouvintes, isso acontece desde a educação básica até o ensino superior. O que não contribui para o desenvolvimento escolar, impondo barreiras e dificultando o letramento, bem como o desenvolvimento das potencialidades da pessoa surda.

Essa abordagem de ensino resulta num conjunto de desafios e dificuldades que precisam ser enfrentadas tanto por alunos surdos quanto por professores. Para enfrentar esses obstáculos são necessários métodos bilíngues que envolvem o ensino a partir da Libras como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2), respeitando as particularidades da cultura e identidade surda.

Discutir sobre essa temática é de suma importância social, pois constitui-se apoio teórico para a realização de novas pesquisas sobre o tema em âmbito mais local, focalizando na importância do ensino da Língua Portuguesa, na modalidade escrita formal, para alunos surdos, considerando a Língua Brasileira de Sinais como fator importante para a aquisição de uma L2. Isso também precisa ser estudado no ensino superior, considerando que estes acadêmicos surdos são professores em formação, é importante compreender como está sendo o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa de pessoas surdas em licenciaturas no ensino superior.

Entendemos ser relevante os estudos que se propõem a descrever sobre as metodologias de ensino mais adequadas às necessidades dos acadêmicos surdos e que reforçam o incentivo à educação inclusiva na rede regular de ensino público, tanto

básico quanto superior, contribuindo para as buscas de propostas atenuantes nessa temática.

Essa pesquisa buscou investigar os desafios e possibilidades para o ensino da Língua Portuguesa escrita formal de acadêmicos surdos no curso de Letras no Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP), mais especificamente, destacando a importância da Libras no processo de aprimoramento da escrita formal da Língua Portuguesa por acadêmicos surdos, identificando os desafios enfrentados pelos discentes surdos e professores no processo de ensino-aprendizagem e apontar as estratégias utilizadas em sala de aula que facilitam o processo de ensino-aprendizagem de línguas para surdos.

Desta maneira, no âmbito social e acadêmico, este trabalho mostra-se relevante por contribuir para discussões teóricas acerca das políticas públicas voltadas para a comunidade surdo, medidas que visam a inserção e permanência de acadêmicos surdos no ensino superior. Essas políticas encontram-se ainda em processo de efetivação, visto que o ensino do português escrito para acadêmicos surdos ainda é baseado na mesma metodologia de ensino para ouvintes.

Este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, temos o referencial teórico, no qual são apresentados os conceitos teóricos que embasaram este trabalho e nortearam a análise dos resultados alcançados. Apresenta-se o cenário da formação de professores surdos, o papel fundamental da Libras na educação de surdos e do tradutor intérprete, os desafios do ensino-aprendizagem para acadêmicos surdos e professores considerando bilinguismo, além de discussão em torno da escrita formal da Língua Portuguesa por acadêmicos surdos.

O segundo capítulo dedica-se a descrever o percurso metodológico, o tipo de pesquisa e abordagem, assim como os métodos e técnicas de coletas de dados, apresentando os participantes e local da pesquisa que foram alvo desta investigação, este caso, acadêmicos surdos, professores do curso de Letras do CESP-UEA e intérpretes que atuaram e/ou atuam no acompanhamento destes acadêmicos no período de agosto de 2018 a fevereiro 2023.

E no último capítulo, apresentamos as análises e discussões dos resultados alcançados, tendo como base o aporte teórico que norteia esta pesquisa. Os resultados e discussões foram divididos em quatro categorias de análise: caracterização do local da pesquisa e dos participantes; Libras como mecanismo de aprimoramento para escrita formal da Língua Portuguesa; desafios no processo

ensino-aprendizagem da escrita formal da Língua Portuguesa, considerando dificuldades na leitura e escrita; comunicação e formação de professores; e estratégias utilizadas em sala de aula para a superação ou redução das dificuldades.

Deste modo, o presente estudo constitui-se como material de apoio teórico e para a realização de novas pesquisas sobre o tema em âmbito mais local, focalizando na importância do ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita formal para acadêmicos surdos.

## CAPÍTULO I: REFERENCIAL TEÓRICO



*“[...] é na base de formação de um futuro educador que se constrói a ideia do que seja de fato a inclusão”.*  
Francisca Keila de Freitas Amoedo

### 1.1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES SURDOS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Inicialmente entendemos ser necessário nos respaldarmos na atual Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (2020), assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/1996, que defendem a educação voltada para todos, independentemente de suas características físicas, intelectuais, psicológicas, sociais e culturais.

A compreensão que os documentos legais devem viabilizar que as diversas esferas da sociedade estejam trabalhando em prol a inclusão nas mais diversas esferas, seja educacional ou profissional. Inseridos nessa perspectiva, encontram-se as pessoas surdas, indivíduos que apreendem sobre o universo a seu redor através de experiências visuais e tomam como língua materna a Língua de Sinais (LS) e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua.

Destaca-se também que o Decreto nº 5.626/2005 defende e garante a educação bilíngue para os alunos surdos, tanto na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, partindo de uma organização das escolas e/ou classes regulares de ensino que abranja alunos surdos e ouvintes com professores bilíngues para serem alfabetizados. Nas etapas de ensino dos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio, Ensino Profissionalizante e Ensino Superior, os estudantes surdos devem ser auxiliados em sala de aula por um profissional tradutor intérprete de Libras, conforme define o Decreto (BRASIL, 2015).

É possível observar que o ingresso de acadêmicos surdos no Ensino Superior tem se tornado mais recorrente, porém ainda é mínimo, mesmo com as atuais políticas

públicas de inclusão. Daroque (2011) destaca que a inclusão de acadêmicos surdos é prejudicada pelo processo de ensino-aprendizagem da educação básica ineficiente:

O número de alunos surdos que conseguem chegar ao ES ainda é muito pequeno e está aumentando devido a um movimento social significativo das comunidades surdas, que passaram a se ver também com direitos à educação em sua língua. No entanto, apesar dos ganhos inegáveis deste movimento e da possibilidade de ingresso no ES, os estudantes universitários surdos ainda se deparam com a dificuldade para se apropriarem dos conteúdos acadêmicos pela falta de formação na educação básica e pelo despreparo dos profissionais (DAROQUE, 2011, p. 20).

Quanto a esse processo de ensino-aprendizagem, os professores entendem que o acadêmico surdo já realizou toda sua trajetória educacional básica. Ao ingressar no Ensino Superior esse percurso possui suas especificidades, que devem contemplar as particularidades de cada acadêmico, por meio de práticas metodológicas e didáticas eficientes que possibilitem um ensino-aprendizagem inclusivo em todos os níveis de ensino, incluindo na educação superior. Dessa forma, as instituições precisam estar preparadas para a inclusão de acadêmicos surdos, tanto no sentido físico-estrutural quanto didático-pedagógico.

No processo de aprendizagem o acadêmico surdo enfrenta diversos obstáculos, além dos impostos pela surdez, sendo o principal deles, a comunicação. Nesse sentido, Daroque (2011), ressalta que a inclusão, permanência e conclusão de um curso superior para o acadêmico surdo é desafiador:

Os surdos fazem parte de um grupo linguisticamente minoritário que tem tido um acesso ainda restrito ao ES. Por não terem tido oportunidades de usar uma língua de compreensão, sem intérpretes de língua de sinais que fizessem a mediação entre eles e os conteúdos e uma qualidade de aprendizagem durante a educação básica, chegam inexperientes para os processos seletivos. Os que conseguem ingressar no ES são poucos e ainda sem formação para seguir a vida acadêmica; geralmente não contam com apoios significativos dentro da instituição de ensino superior, pois estas, em sua maioria, estão despreparadas para atender este aluno (DAROQUE, 2011, p. 22).

A autora enfatiza a questão da adequação das instituições e da formação de professores para a atuação com acadêmicos surdos. Há um desconhecimento em relação as particularidades do sujeito surdo, principalmente, no que diz respeito às suas características linguísticas e como deve ser realizado a aprendizagem. Enfatizado a importância o tradutor intérprete de Libras nesse processo de ensino-aprendizagem, atuando como mediador da comunicação entre acadêmicos surdos,

professores, alunos ouvintes e demais atores que compõem a comunidade acadêmica.

Silva (2015), afirma que no processo de ensino os professores precisam estar atentos as metodologias utilizadas em sala de aula:

O professor necessita criar estratégias para que os estudantes participem das aulas, dando oportunidades de aprendizagem. O trabalho do professor também pode ser realizado com a atuação do intérprete na sala de aula. Para isso, estes precisam conversar, planejar e executar buscando atender e valorizar especificamente o estudante surdo e o restante da turma (SILVA, 2015, p. 60).

Em relação a comunicação entre acadêmico surdo/professor, é importante destacar o papel do intérprete no processo de ensino-aprendizagem, pois sua atuação baseia-se na mediação da comunicação e na transmissão do conhecimento, repassado pelo professor para o acadêmico surdo, não cabe a este profissional da responsabilidade do ensino-aprendizagem do acadêmico surdo, sua atuação baseia-se na mediação desse processo, fazendo uma ponte comunicacional entre acadêmico surdo/professor e vice-versa. A presença do intérprete em sala de aula é um direito garantido pelo Decreto nº 5.626/2005 e pela Lei nº 12.319/2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS).

A inclusão de acadêmicos surdos no Ensino Superior demanda mais do que apenas formação de professores e tradutores-intérpretes de Libras, requer que toda a instituição de ensino esteja preparada para incluir o surdo. Não se trata somente de que o acadêmico surdo esteja matriculado na instituição, mas que se possibilite condições para que este permaneça e conclua seus estudos.

É preciso a organização do ensino-aprendizagem para que todos os acadêmicos desenvolvam suas potencialidades, sejam eles surdos ou ouvintes. É necessário considera que as dificuldades são resultadas de toda a trajetória educacional básica que, dependendo de como ela ocorreu, interfere de forma positiva ou negativa na formação do acadêmico surdo quando este à Universidade.

Com todas essas peculiaridades diante da educação e a falta de conhecimentos específicos sobre a educação dos surdos, as relações entre professor/aluno, aluno/intérprete de LIBRAS e aluno/instituição de ensino superior se somam a muitas dificuldades, levando muitas vezes este aluno surdo a não conseguir acompanhar todo o percurso acadêmico. As causas das dificuldades apresentadas pelos alunos surdos dentro de sala de aula não podem ser atribuídas diretamente a eles, pois são resultados de ações e hábitos do contexto educativo (DAROQUE, 2011, p. 26).

Destaca-se que o processo de ensino-aprendizagem do surdo deve ser pautado em uma educação bilíngue que relaciona a Libras e Língua Portuguesa. Essa perspectiva educacional fomenta o desenvolvimento mais efetivo do acadêmico surdo dentro do espaço universitário. Por meio de uma educação bilíngue se desenvolve uma “[...] cultura colaboradora onde as pessoas aprendam Libras para se comunicar com os estudantes surdos. Com esse espaço de aprendizagem, interação e cooperação é possível conviver com o contexto da diversidade” (SILVA, 2015, p. 60).

Destacamos a importância da educação bilíngue nas universidades e nos diferentes níveis educacionais, mesmo que essa modalidade educacional seja defendida pelos atuais sistemas de ensino, essa perspectiva enfrenta dificuldades para sua efetivação. Isso resulta em dificuldades enfrentadas por acadêmicos surdos para permanecer no ensino superior e desenvolver suas capacidades ainda que as instituições apliquem o ensino-aprendizagem bilíngue.

## 1.2 A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA ACADÊMICOS SURDOS

Na história da educação de surdos, três meios foram desenvolvidos para estabelecer comunicação entre pessoas surdas e ouvintes e vice-versa: o Oralismo (Leitura Labial), a Comunicação Total e o Bilinguismo, sendo este último o mais eficaz para o desenvolvimento das aprendizagens, que envolve a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais.

O papel da língua de sinais na educação básica e superior é um fator relevante na vivência social dos surdos, pois promove um maior entendimento entre a cultura ouvinte e não-ouvinte. Entretanto, o desafio de inclusão na sociedade estudantil tem se tornado algo efetivo, com oficialização da Lei de Libras em 24 de abril de 2002, como a língua dos surdos, através da Lei Federal nº 10.436/2002.

Amparados na legislação mencionada, não podemos esquecer o Congresso de Milão em 1880, que impôs oralismo e proibiu o uso da Libras na educação de surdos. A Libras era rejeitada porque acreditava-se que o surdo deveria ser obrigado a aprender a língua oral. Freire (2018, p. 65) define esses grupos socialmente marginalizados como “oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não têm finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores”, tal qual

aconteceu com a comunidade surda que teve sua língua censurada, sendo-lhe imposta uma língua oral-auditiva.

Mesmo que esses grupos oprimidos lutem contra o sistema opressor em busca de libertar-se, como fez a comunidade surda, ainda assim, “[...] quase sempre levam consigo, condicionados pela “cultura do silêncio”, toda a marca de sua origem. Seus preconceitos. Suas deformações, entre estas, a desconfiança do povo (FREIRE, 2018, p. 65-66). Da mesma forma, a comunidade surda, apesar das discussões quanto a inclusão, ainda sofre com os estereótipos construídos ao longo do processo de educação de surdos.

Ainda que persista essa “cultura do silêncio”, como assevera Freire (2018), a Libras, bem como as línguas de sinais espalhadas pelo mundo, não foram extintas, permaneceram como uma das principais características da identidade do povo surdo e é uma das particularidades de sua cultura, sendo uma forma de comunicação que capta as suas experiências visuais.

Nesse sentido é preciso entender que:

A surdez é uma experiência visual que traz aos surdos a possibilidade de constituir sua subjetividade por meio de experiências cognitivo-lingüísticas diversas, mediadas por formas alternativas de comunicação simbólica, que encontram na língua de sinais, seu principal meio de concretização. A surdez é uma realidade heterogênea e multifacetada e cada sujeito surdo é único, pois sua identidade se constituirá a depender das experiências socioculturais que compartilhou ao longo de sua vida (BRASIL, 2006, p. 71).

É por meio da Libras que, primeiramente, o sujeito surdo faz a leitura do mundo ao seu redor, dialogando com os pressupostos de Freire (2017, p. 9), quanto a afirmação de que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”. É a partir das experiências visuais vivenciadas por meio da Libras que o surdo realiza a leitura da sua realidade para, posteriormente, fazer a leitura desse mundo em Língua Portuguesa, estabelecendo uma relação entre o texto e contexto, como define Freire (1992, p. 40) que:

Ler, enquanto estudo, é um processo difícil, até penoso, às vezes, mas sempre prazeroso também. Implica que o(a) leitor(a) se adentre na intimidade do texto para apreender sua mais profunda significação. Quanto mais fazemos este exercício disciplinadamente, vencendo todo desejo de fuga da leitura, tanto mais nos preparamos para tornar futuras leituras menos difíceis (FREIRE, 1992, p. 40).



Tomando esse conceito de leitura, é imprescindível considerar os conhecimentos prévios da pessoa surda que faz a leitura de mundo a partir da língua de sinais, uma língua visuoespacial. Segundo Strobel (2008, p. 37), a língua de sinais é dos artefatos culturais da comunidade, “constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender transformar mundo”. Assim, a partir da oficialização da Libras como primeira língua dos surdos, deve-se ressaltar a importância que esta tem no processo de aquisição de uma segunda língua como o Português, destacando-a como fundamental sua utilização em todos os lugares sociais com participação da pessoa surda.

De acordo com o Art. 1º da Lei da Libras, a Língua Brasileira de Sinais,

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 1).

Notadamente no que refere-se a lei, podemos pontuar aquilo que Strobel (2008), defende acerca da Libras como importante artefato cultural e identitário do surdo, pois a LS é “[...] uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que esta língua que vai levar surdo transmitir proporcionar-lhe aquisição de conhecimento universal” (STROBEL, 2008, p. 38).

Fica evidente aos esforços de articulação que defende o processo de ensino fundamentado na Libras como primeira língua (L1) do surdo independentemente do nível de ensino que no qual está inserido. Para Azevedo (2015), a Libras é o meio pelo qual os surdos brasileiros desenvolvem seus conhecimentos e constroem suas experiências sociais a partir da modalidade visuoespacial, possuindo características sociolinguísticas, funções pragmáticas e discursivas semelhantes a qualquer outra língua. No entanto, “[...] a Língua de Sinais por muito tempo não foi percebida enquanto estrutura linguística” (AZEVEDO, 2015, p. 22).

Para que essas políticas educacionais inclusivas sejam alcançadas é necessário o desenvolvimento de metodologias que visem atender as necessidades dos alunos com surdez nas escolas da rede regular de ensino. É relevante estudar, discutir e compreender os desafios enfrentados por esses alunos, no que se refere a

aquisição da Língua Portuguesa, na modalidade escrita formal, entendendo como o processo de ensino-aprendizagem ocorre.

É importante também possibilitar que os alunos ou acadêmicos tenham acesso a uma educação que viabilize e promova o desenvolvimento integral do indivíduo, contribuindo assim para o total desenvolvimento de sua potencialidade. Dessa forma, a linguagem de uma criança, adolescente ou adulto surdos efetiva-se mediante, primeiramente, a aquisição da Libras para que a partir dela o aluno possa aprender a modalidade escrita formal do português que deve ser “[...] aprendida de forma sistemática, ou seja, precisa ser ensinada por meio de técnicas específicas de ensino de segunda língua” (AZEVEDO, 2015, p. 24).

Por isso, Strobel (2008) salienta que os estudos sobre as línguas de sinais foram importantes para o processo de reconhecimento da língua, na medida em que possibilitaram o desenvolvimento das novas perspectivas educacionais atuais que consideram a Libras como fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

A língua de sinais uma língua prioritária do povo surdo que expressa através da modalidade espacial-visual. A partir da década de 1950 iniciaram-se estudos aprofundados sobre as línguas de sinais como, por exemplo, do americano Willian Stokoe (1965) e, no Brasil, os ouvintes pioneiros depois vieram os pesquisadores surdos; como, por exemplo, os ouvintes Lucinda Ferreira Brito (1986), Ronice Quadros (1995; 2004), Tanya Felipe (2002) Lodenir Karnopp (2004) os surdos linguistas Ana Regina Souza Campello (2007) Shirley Vilhalva (2007), que proporcionaram valorização da língua de sinais, dando-lhe status como uma língua legítima do povo surdo (STROBEL, 2008, p. 46)

Nessa perspectiva bilíngue, é estritamente necessária a viabilização da Língua Portuguesa tanto como língua quanto área do conhecimento, é preciso que o sistema educacional tenha plena condições de oferecer aos alunos com surdez espaço para que desenvolvam suas potencialidades. Assim, se deduz que no processo educacional para surdos deverá haver a oferta e o uso da Libras para a aquisição da Língua Portuguesa na modalidade escrita formal.

O ensino da língua de sinais é um processo de reflexão sobre a própria a língua que sustenta a passagem do processo de leitura e escrita elementar para um processo mais consciente. Esse processo dará sustentação para o ensino da língua portuguesa que pode estar acontecendo paralelamente” (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 32).

O aprofundamento nas temáticas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem sobre a Língua Portuguesa escrita por acadêmicos surdos possibilita uma compreensão mais ampla, na medida que permite fazer discussões teórico-práticas sobre a educação de surdos, sendo assim possível verificar os pontos positivos e negativos das metodologias de ensino utilizadas atualmente.

A Libras desempenha um papel fundamental na promoção de uma abordagem educacional bilíngue, que ensinar os alunos surdos a partir de duas línguas de estruturas gramaticais distintas, a Libras e a Língua Portuguesa. O aluno surdo primeiramente é educado no ensino de sua língua materna e oficial da comunidade surda, a Libras, e posteriormente em Língua Portuguesa, seja ela na modalidade oral (leitura labial) ou escrita.

Esta segunda modalidade é uma das maiores dificuldades no ensino dos alunos surdos, pois a Libras apresenta uma estrutura diferente do português, considerando que “[...] é uma língua natural composta por de todos os componentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo os requisitos científicos para ser considerado um sistema linguístico” (AZEVEDO, 2015, p. 24).

Aliado a todo contexto histórico e educacional que surdos e ouvintes vêm passando, são necessárias metodologias de ensino mais ajustadas às necessidades de estudantes surdos, o qual reforça-se o incentivo à educação inclusiva na rede regular de ensino público, tanto básico quanto superior, contribuindo para a busca de propostas que visem “[...] superar as barreiras que impedem a efetivação de uma educação emancipadora, para assim concretizar uma educação crítica que abranja a todos os sujeitos sem discriminação de nenhuma natureza (AMOEDO, 2017, p. 42-43).

Observa-se que as problemáticas enfrentadas pela comunidade surda estão em constante debate, apesar das políticas públicas de inclusão, os alunos surdos têm que superar barreiras impostas pela falta de professores bilíngues, laboratórios específicos e acompanhamentos pontuais. É preciso colocar em prática medidas possíveis na educação de surdos que podem potencializar o processo de ensino-aprendizagem, resultando em uma formação educacional de mais qualidade e significativa.

### 1.2.1 O papel do tradutor intérprete no processo de ensino-aprendizagem

O profissional tradutor intérprete de Libras que atua no Ensino Superior segue as prerrogativas estabelecidas pela legislação que dá suporte ao trabalho desse profissional nos espaços educacionais, desde a educação básica até o ensino superior. A partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua oficial da comunidade surda, por meio da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a exigência desse profissional nos diversos espaços públicos tornou-se mais necessária.

Antes da Lei da Libras, essa necessidade já era observada, mas devido às lutas por direitos da comunidade surda, a atuação desse profissional tornou-se mais efetiva com a criação de um suporte legal, bem como de outros suportes legislativos para a efetivação de políticas educacionais inclusivas.

O Decreto nº 5.626, publicado em 22 de dezembro de 2005, define em seu artigo 23 que: “As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais (BRASIL, 2005, p. 5). Esse profissional deve fazer a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa, realizando a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, acadêmicos surdos e professores, alunos ouvintes e demais profissionais da comunidade acadêmica.

A atuação do intérprete de Libras no ensino superior, tem como base a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, a qual regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Sendo este profissional responsável por “[...] realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e ter proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, 2010, p. 1).

O intérprete em ambiente educacional, neste caso na universidade, tem a responsabilidade de fazer a mediação comunicativa entre o acadêmico surdo e os professores e colegas de turma, e em demais ambientes da instituição como forma de promover a inclusão no espaço universitário, ou seja, a presença do profissional intérprete em sala de aula é de extrema importância para a efetivação da educação inclusiva para pessoas surdas. “O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os

alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes” (QUADROS, 2004, p. 60).

O trabalho do intérprete tanto na educação básica quanto ensino superior perpassa por muitas dificuldades, principalmente, porque os conteúdos ministrados nas aulas demandam um conhecimento teórico e técnico dos assuntos que são explicados pelos professores, cabendo ao profissional fazer a transmissão da informação explanada pelo professor, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Conforme explica Quadros (2004, p. 28) esse trabalho deve ser desenvolvido considerando os preceitos éticos e morais de:

a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

Na transmissão dos conteúdos curriculares devido a sua complexidade é necessária a utilização de recursos linguísticos adaptados para a explicação de conceitos teóricos a partir do uso da sinonímia, da iconicidade e dos classificadores, como forma de transpor para Libras esses conceitos de forma mais clara e compreensível, mas mantendo-se fiel ao sentido discurso. Se pensarmos na data do reconhecimento da Libras como língua, esta é uma língua em vigência recente, por isso muitas palavras do português ainda não tem um sinal específico na Libras.

O intérprete que atua no ambiente educacional precisa ter um vocabulário que possibilite a transmissão desses conceitos, devendo “[...] interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante” (QUADROS, 2004, p. 31).

Para que a inclusão aconteça de fato, não basta apenas colocar o aluno surdo na educação superior, é preciso incluí-lo em todos os espaços da universidade, como define Oliveira et al (2019) ao dizer que a inclusão, de fato, acontece quando há responsabilidade coletiva, ou seja, uma administração e, principalmente, um corpo docente que compreende as necessidades do aluno, seja qual for sua deficiência.

### 1.3 DESAFIOS ENFRENTADOS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DO BILINGUISTO

A possibilidade do domínio da língua, seja qual for sua dimensão (falada, escrita ou sinalizada), deve ser dada ao aluno para que ele a utilize como canal de comunicação e de produção de conhecimento, é “[...] através da língua e a partir dela estabelece sua cultura, valores e padrões sociais” (AZEVEDO, 2015, p. 22). Esse processo deve ser a partir de metodologias de ensino e atividades dirigidas mediadas pelos professores.

O acadêmico desenvolve suas potencialidades e o senso crítico, tanto o surdo quanto o ouvinte, considerando a perspectiva de um ensino-aprendizagem democrático de acordo com as necessidades discentes e docentes que este trabalho se baseia. Durante todo o processo educacional das pessoas surdas, o ensino deve ser pautado na aquisição das duas línguas, a Libras e a Língua Portuguesa na modalidade escrita, pois o sujeito surdo é bilíngue e este é o método pelo qual deve ser instruído.

A prática da perspectiva bilingue na educação de surdos busca superar preconceitos histórica e socialmente construídos quanto a pessoa surda, como afirma Amoedo (2017, p. 94):

A perspectiva do bilinguismo no contexto escolar permite vislumbrar um novo olhar sobre a educação da pessoa com surdez. Isto é relevante, porque a Língua Brasileira de Sinais é promovida à língua primeira dos surdos, enquanto a Língua Portuguesa como a segunda língua, na tentativa de possibilitar a integração dos mesmos na sociedade.

O acadêmico surdo enfrentou desafios para ter acesso à educação, desde quando adentra o espaço educacional e enfrenta dificuldades, barreiras que bloqueiam sua comunicação, pois na educação básica as oportunidades de aquisição da Libras e da Língua Portuguesa foram escassas, principalmente, para aqueles que percorreram a educação básica sem intérpretes de língua de sinais para mediar comunicação entre alunos e professores.

De acordo com Daroque (2010), esse é um dos desafios enfrentados pelos acadêmicos surdos no ensino superior e conseqüentemente dos professores que precisam fomentar um ensino que minimize as deficiências da educação básica:

O aluno surdo usuário de LIBRAS, inserido no ambiente acadêmico, se deparará com várias dificuldades, desde o reconhecimento desta língua como eficaz para sua aquisição, mediado pelo TILS; como também terá necessidade de que se assumam todas as medidas cabíveis para o uso efetivo desta língua, implicando algumas questões específicas da dinâmica de aula professores (DAROQUE, 2010, p. 35).

Os acadêmicos surdos por não terem acesso aos conteúdos escolares de forma mais qualitativa, dificulta sua aprendizagem tanto na educação básica quanto no ensino superior, pois ao ingressarem nas universidades desconhecem conteúdos, conceitos e conhecimentos que deveriam ter adquiridos no período escolar. A falta de qualidade no ensino inclusivo resulta na evasão, reprovação e desmotivação em continuar sua formação superior, porque normalmente estão ausentes os apoios educacionais necessários para a inclusão e permanência. Além da falta de infraestrutura e despreparo didático-pedagógico para atender as especificidades dos acadêmicos surdos, como explica Daroque (2010, p. 36):

Acrescenta que uma das questões fundamentais para que haja efetivamente inclusão é a presença da língua de sinais para uma mediação das relações educacionais. Para tanto, é necessária a adequação das instituições de ensino superior visando adaptação social dos alunos surdos, o que implica na atenção às necessidades específicas quanto aos projetos político-pedagógicos, adequação dos currículos e da metodologia, bem como cuidado especial com a formação de professores.

As principais dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo ocorrem pela falta de socialização e interação com a Língua Portuguesa, considerando que estes têm como língua materna a Libras. Por isso, no ensino superior o acadêmico surdo apresenta um vocabulário restrito por não ter contato com a linguagem oral e essa dificuldade se reflete na língua escrita, principalmente, na modalidade escrita formal da Língua Portuguesa (SALLES et al, 2004).

De acordo com o Ministério da Educação essa abordagem de ensino é um direito adquirido pela comunidade surda:

Os surdos têm direito a uma educação bilíngue, que priorize a língua de sinais como sua língua natural e primeira língua, bem como o aprendizado da língua portuguesa, como segunda língua. O desenvolvimento de uma educação bilíngue de qualidade é fundamental ao exercício de sua cidadania, na qual o acesso aos conteúdos curriculares, leitura e escrita não dependam do domínio da oralidade (BRASIL, 2006, p. 71).

É necessário, então, realizar um processo de aquisição da Língua Portuguesa a partir da Libras, propiciando um aprendizado mais efetivo, utilizando recursos metodológicos que facilitem e auxiliem os acadêmicos surdos quanto a escrita da Língua Portuguesa. O acadêmico surdo precisa ter contato com os textos escritos para diferenciar as duas línguas e, assim, aprimorar sua produção textual, é a partir da leitura que esta poderá reconhecer e compreender os aspectos estruturais da Língua Portuguesa escrita.

Pereira (2014) explica que a educação de surdos que prioriza o ensino da Língua Portuguesa, esquecendo-se da Libras, provoca a falta de compreensão dos textos escritos, afasta da leitura e da escrita, provocando uma representação de que surdos são incapazes de ler e escrever. A pouca prática da leitura reduz o vocabulário da Língua Portuguesa, principalmente, em seu aspecto semântico, cada vez mais dificuldades para ler. Apesar de conseguirem decodificar as palavras, esse processo invalidava qualquer forma de compreensão da escrita.

O profissional que trabalha a Língua Portuguesa com surdos sabe da importância que tem a ampliação e fixação de vocabulário para o desenvolvimento da leitura e escrita dos mesmos. Sabe também que trabalhar com listas de palavras soltas, fora de um contexto, não produz bons resultados na aprendizagem de uma língua, então comumente as "palavras novas" são trabalhadas partindo-se de textos (QUADROS; SCHMIEDT, 2006, p. 74).

O ensino da Língua Portuguesa para os acadêmicos surdos, assim como para os ouvintes, deve desenvolver as potencialidades dos estudantes na produção e interpretação de textos. Para os surdos, esse processo de aquisição da segunda língua parte do ensino textual inicialmente na Libras, por meio de explicações que possibilitem um caráter comparativo entre as línguas que esclareçam os aspectos sobre a construção dos textos, tanto na língua de sinais quanto na Língua Portuguesa (QUADROS; SCHMIEDT, 2006).

A partir dessas considerações das autoras, aplicando ao ensino superior, os acadêmicos surdos podem perceber as diferenças estruturais das duas línguas, utilizando textos em sinais e escritas, de diferentes gêneros e tipos textuais, para a apreensão do sistema da língua, ampliação do vocabulário e conhecimento semântico.

Para Salles et al (2004, p. 60), "[...] devem ser utilizados métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de



aprendizagem, incluindo-se, no caso de surdez, a capacitação em Língua Portuguesa e em língua de sinais”. A linguagem de uma criança ou adolescente surdo efetiva-se mediante a aquisição da Libras e a partir dela o aluno possa aprender a Língua Portuguesa escrita. Esse processo deve continuar no ensino superior de forma que o acadêmico surdo consiga compreender os conteúdos teóricos e técnicos ensinados em sala de aula.

Para Salles et al (2004, p. 20) a leitura é o fator fundamental para o aprendizado da Língua Portuguesa:

A leitura deve ser uma das principais preocupações no ensino de português como segunda língua para surdos, tendo em vista que constitui uma etapa fundamental para a aprendizagem da escrita. Nesse processo, o professor deve considerar, sempre que possível, a importância da língua de sinais como um instrumento no ensino do português.

Os desafios enfrentados pelos acadêmicos surdos concentram-se principalmente na leitura e escrita, mesmo que nas universidades o processo educacional esteja alicerçado num ensino bilíngue. Essas dificuldades são explicadas pelas diferenças estruturais existentes entre a Libras e a Língua Portuguesa, pois são dois sistemas linguísticos distintos. É por esta característica entre as línguas que o acadêmico surdo tem grandes dificuldades no que diz respeito ao português escrito, porque a produção textual é organizada de forma diferente, substantivos, verbos, preposições, conjunções, frases, orações, parágrafos. Essa organização linguística não ocorre da mesma maneira nas línguas de sinais, que conhecem poucas preposições, conjunções ou conjugação de verbos (SALLES et al, 2004).

A estrutura frasal em Libras segue outra ordem que, por muitas vezes, é vista como uma escrita errada e incoerente. “A leitura e a escrita são, portanto, dois grandes desafios para os estudantes que ingressam na universidade, muitos dos quais trazem na bagagem deficiências de compreensão e falta de hábito e gosto pela leitura” (BISOL et al, 2010, p. 165).

Destaca-se também a mesma cultura de escrita dos ouvintes, geralmente as pessoas ouvintes escrevem da mesma maneira que falam e, por vezes, a fala não segue as regras normativas da Língua Portuguesa. Sob esse mesmo aspecto, temos as pessoas surdas, estas também escrevem da maneira como sinalizam, por isso sua escrita não segue os padrões da Língua Portuguesa escrita, porque se trata de uma

transcrição dos sinais utilizados. Por serem duas línguas de estruturas frasais diferentes, a escrita surda torna-se incompreensível para o leitor ouvinte.

#### 1.4 A ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA DE ACADÊMICOS SURDOS

A partir de observações e pesquisas já realizadas percebe-se que as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa escrita formal, deve-se primeiramente há uma falha proveniente da educação básica que se agrava no ensino superior, devido à falta de metodologias adequadas e formação dos professores para atuarem com alunos surdos. Assim, a inclusão e permanência de acadêmicos surdos constitui-se como um grande desafio também no ensino superior, pois boa parte dos professores não possuem formação específica ou sabem se comunicar por meio da Libras, que é a língua materna da comunidade.

Esse aspecto das dificuldades dos surdos na educação superior é elucidado por Souza et al (2020, p. 109):

Um grande problema na aprendizagem de LP pelo surdo é a falta de metodologias contextualizadas que o ajude a compreender a L2. Como em todo aprendizado de línguas, o aluno precisa de uma língua base, nesse caso é a língua de sinais. O surdo passará pelo processo de interlíngua, ou seja, a mistura da Libras com a LP até chegar a compreensão e ao uso do português escrito.

Os autores destacam que esse processo de interlíngua influencia no aprimoramento do português escrito pelo surdo, destacando a necessidade de um processo educacional com ênfase nas suas línguas em contato, Libras e Língua Portuguesa, para que o acadêmico surdo desenvolva uma escrita satisfatória. O conhecimento acerca da Língua Portuguesa é construído a partir de experiências visuais, pois é a característica identitária do ser surdo, por meio de leituras, imagens, vídeos, livros, vocabulário, conversação etc., em que o acadêmico surdo apreende conteúdos que contribuem para a aquisição da L2.

Ressalta-se que a aquisição da Língua Portuguesa para o aluno surdo é necessária considerando a legislação educacional vigente, ainda que a Libras seja a língua oficial da comunidade surda, sancionada por lei, esta mesma reconhece a língua de sinais, mas destaca que a Libras não substitui a modalidade escrita da Língua Portuguesa.

A importância de um ensino bilíngue que valorize as duas línguas, desde a educação até o ensino superior. A aquisição do português pelo surdo trata-se de uma demanda social, política e econômica. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância da Libras, ainda se impõe que o surdo se adeque à língua que é dominante no Brasil.

[...] a importância da aprendizagem do Português pelo aluno surdo é possibilitar um melhor desenvolvimento na escola e fora dela, ou seja, perpassa por fatores de ordem histórica, política, social, educacional e econômica. Portanto, torna-se urgente pensar em novas práticas contextualizadas, baseadas nos gêneros textuais que estão totalmente integrados com a língua em suas diferentes situações de uso (SOUZA et al, 2020, p. 113).

As atuais políticas educacionais inclusivas defendem uma modalidade de ensino integrado com as duas línguas, mas verifica-se que a educação de surdos ainda é pautada em um ensino de Língua Portuguesa na perspectiva oral-auditiva e não visual-gestual como é característico na Libras. “Não podemos desenvolver um ensino de Libras baseado nas metodologias oral-auditiva, já que essa modalidade não contempla as necessidades gramaticais nem os parâmetros que são utilizados durante a comunicação com a LS” (SOUZA et al, 2020, p. 132).

O processo de aprimoramento da Língua Portuguesa pelo acadêmico surdo pressupõe que este seja fluente e letrado na sua primeira língua, a Libras, mas isso é algo que não acontece normalmente, principalmente, se analisarmos o contexto histórico e social do desenvolvimento da educação de surdos, em que foi imposto aos surdos a oralização. Antes de se pensar na aquisição de uma L2, é imprescindível a fluência na L1, porque o caminho para a apropriação inicia a partir dela. É fundamental que o surdo construa seu conhecimento primeiramente em Libras para conseguir adquirir a Língua Portuguesa escrita com mais eficácia.

Entende-se então, que, obrigatoriamente o ensino de Libras deve ser o primeiro a ser realizado, mas logo em seguida deve ocorrer também o ensino da Língua Portuguesa, ficando esta entendida como segunda língua de pessoas surdas. E que ambos são de extrema importância, pois são partes das ações que garantem a inclusão social destas pessoas (COSTA, 2019, p. 19).

Silva, Bordas e Lima (2019) apontam que as dificuldades no aprimoramento da Língua Portuguesa escrita pelo acadêmico surdo são resultadas de um processo

didático-metodológico que não contempla as particularidades que o público surdo necessita para a construção de seus conhecimentos, mas especificamente o processo de escrita do português.

Por falta de metodologias adequadas para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua, os alunos surdos apresentam dificuldades na escrita e na compreensão de textos. Há um grande estranhamento, em relação à escrita do aluno, por parte da maioria dos professores e as limitações na leitura desses alunos são vistas como obstáculos para o domínio dos conteúdos e o desenvolvimento do raciocínio, uma vez que todas as disciplinas envolvem o uso da Língua Portuguesa escrita de maneiras diversas, ora nas modalidades de leitura e escrita, ora na compreensão de conceitos, que fica prejudicada pelo não domínio da língua (SILVA; BORDAS; LIMA, 2019, p. 3).

Essas dificuldades no processo de aprimoramento do português escrito, se evidencia nos gêneros acadêmicos que são utilizados como avaliação nas disciplinas da graduação, como artigos científicos, resenhas, resumos, análises, dissertações, gêneros que não são comuns na educação básica e exigem um grau maior de apuramento na escrita. Para o acadêmico surdo, a escrita desses gêneros textuais é um dos desafios que eles enfrentam no processo de ensino e aprendizagem, por não terem conhecimento quanto a norma culta da Língua Portuguesa que é exigida nos trabalhos acadêmicos.

Esse contexto educacional afeta diretamente na inclusão e permanência de acadêmicos surdos nos cursos de graduação. O desenvolvimento da escrita dos surdos não segue os padrões normativos da Língua Portuguesa, por isso muitos acadêmicos têm dificuldades para aprovação em disciplinas o que por vezes resulta em evasão da universidade, bem como a desperiodização do aluno, ficando em dependência nas disciplinas.

Como consequência da dificuldade com a Língua Portuguesa escrita, os alunos surdos não obtêm um melhor desempenho nas atividades, pois não compreendem de forma plena os conceitos, o que está escrito, o vocabulário e os significados que circulam em sala de aula. Sentem um peso do estudo no cotidiano, pois não conseguem acompanhar o ritmo e a quantidade de leitura e escrita exigida (SILVA; BORDAS; LIMA, 2019, p. 5).

Para que o aluno alcance um desempenho satisfatório nas disciplinas, no que diz respeito a Língua Portuguesa escrita, é necessário metodologias adequadas e adaptadas, bem como a flexibilização do processo de avaliação desse aluno. Além de disponibilizar formas que possibilite ao aluno sanar ou minimizar suas dificuldades de

aprendizagem com a disponibilização de profissionais bilingues que possam realizar o processo de aprimoramento da escrita da Língua Portuguesa por meio de práticas de letramento acadêmico.

Tomando como base Jacinto (2021, p. 64), “o ensino da leitura e da escrita deve pautar-se no desenvolvimento de práticas de letramento, oferecendo ao aluno um conjunto de habilidades que relacionem a leitura e a escrita com seu contexto de produção e circulação”. É importante que as universidades possibilitem formas em que os acadêmicos surdos possam realizar um processo de estudos dirigidos com o objetivo de aprimorar a Língua Portuguesa escrita, para que esses acadêmicos tenham um melhor rendimento educacional, proporcionando uma formação superior de mais qualidade.

Nesse contexto, a maioria dos estudantes surdos sai da Educação Básica e chega ao Ensino Superior com uma defasagem muito grande de aprendizagem de leitura e escrita do Português, sendo necessário receber, nesse nível de ensino, um apoio pedagógico ofertado pelo AEE em Língua Portuguesa, em turno contrário aos das suas aulas na graduação e/ou pós-graduação (SILVA; BORDAS; LIMA, 2019, p. 5).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é previsto nos documentos legais que regem a educação no Brasil, que priorizam uma educação com valorização das diferenças, apresentando diretrizes educacionais com ênfase num ensino flexibilizado para atender as demandas dos diferentes alunados que ingressam tanto na educação básica quanto no ensino superior.

O déficit educacional presente na escola regular é evidente quando o acadêmico surdo ingressa no ensino superior, porque mesmo com as políticas de inclusão, ainda se vê que as dificuldades de aprendizagem permanecem as mesmas e são enfrentadas por alunos e professores.

Nas universidades esse atendimento deve ser disponibilizado pelos Núcleos de Acessibilidade com recursos didáticos, tecnologias assistivas, profissionais tradutores-intérpretes e professores bilingues que atendam às necessidades dos acadêmicos. Essas dificuldades estão presentes na comunicação, no repasse de informação e na construção de conhecimento, que conseqüentemente resulta em desafios para a permanência do surdo no ensino superior.

### CAPÍTULO III: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



*“[...] ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver sua experiência na Língua de Sinais”.*

Heloisa Maria Moreira Lima Salles et al.

Considerando os objetivos que pretendemos alcançar com esta pesquisa, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa, na qual se compreende que toda a realidade que envolve objeto deve ser vista com potencial para ser analisado, neste caso o processo de ensino-aprendizagem da LP, na modalidade escrita formal, por acadêmicos surdos do Centro de Estudos Superiores de Parintins.

Articulado com a pesquisa qualitativa foi realizada a pesquisa bibliográfica, na qual se objetiva, tomar conhecimento de todo o material teórico produzido sobre a temática em investigação. Lakatos e Marconi (2009, p, 44) apontam que a pesquisa bibliográfica procura “colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Quanto à natureza desse estudo, trata-se de uma pesquisa aplicada, cujo objetivo é gerar novos conhecimentos que possam ser utilizados para solucionar os problemas que envolvem o objeto em estudo. Tendo como enfoque epistemológico a dialética, a pesquisa possibilita uma “[...] interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL, 2008, p. 14).

O procedimento metodológico baseou-se em uma pesquisa campo por meio de Estudo de Caso que consiste na coleta e análise de informações acerca de um indivíduo, grupo de pessoas ou comunidade “a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60). Investiga-se assim, o caso dos acadêmicos surdos, professores e intérpretes do

curso de Letras e o processo de ensino-aprendizagem da escrita formal da Língua Portuguesa de discentes surdos.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram a observação direta, a entrevista semiestruturada e o questionário. Por meio da observação direta, tivemos um contato com os participantes da pesquisa e verificamos como se comportam diante de determinada situação. Outra técnica de pesquisa utilizada foi a entrevista semiestruturada aplicada com acadêmicos surdos. Para Lakatos e Marconi (2007), a entrevista semiestruturada favorece a participação do pesquisador em seu campo de estudo. O questionário foi a técnica de coleta de dados para professores e intérpretes.

A pesquisa tem como lócus o Centro de Estudos Superiores de Parintins – CESP/UEA, localizado Estrada Odovaldo Novo, s/n, no bairro Djard Vieira, que atualmente oferta cursos regulares de licenciaturas e bacharelados, a saber: Ciências Biológicas, Física, Química, Pedagogia, História, Geografia e Matemática, e os cursos de oferta especial Engenharia Civil, Direito, Design Digital e Letras-Ingês.

Os participantes da pesquisa são dois discentes surdos, três professores do curso de Letras e três intérpretes. As entrevistas com os acadêmicos surdos foram feitas de forma presencial e gravadas em vídeos com perguntas e respostas em Libras, optou-se pela entrevista em Libras e questionário escrita, porque buscou-se respeitar a primeira língua dos participantes, sendo que é pela Libras que os surdos compartilham suas experiências. Posteriormente, as entrevistas foram traduzidas pela pesquisadora, obedecendo os critérios de ética e responsabilidade para com os participantes da pesquisa.

O questionário foi direcionado aos professores e intérpretes, sendo que esta técnica de pesquisa foi mais viável, pois considerou-se as responsabilidades acadêmicas e o tempo disponível para responder as questões levantadas sobre a temática.

Cada um dos participantes da pesquisa foi identificado por um nome fictício. Os dois acadêmicos surdos foram nominados por HUET e L'EPÉE, fazendo referência a dois professores importantes na história da educação de surdos. O professor surdo Ernst Huet que fundou no Brasil a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, e o abade Charles Michel L'pée que criou a primeira instituição para surdos no mundo, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris.

Para os professores, decidimos que estes seriam identificados com nomes de personalidades importantes da literatura brasileira, BOJUNGA, LOBATO e MACHADO, em associação com aos escritores Lygia Bojunga, Monteiro Lobato e Machado de Assis, que se destacam na literatura brasileira infantojuvenil. As três intérpretes foram nomeadas por SMALDONE, CARNEIRO e MANNA, considerando escolas e instituições de ensino especializadas na educação de surdos no Amazonas, o Instituto Felippo Smaldone e a Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, ambas em Manaus, e a Escola de Áudio e Comunicação Padre Paulo Manna, pioneira na educação de surdos na cidade de Parintins.



### CAPÍTULO III: ANÁLISE DE DADOS



*“Falar sobre os processos de interações comunicativas, sobre a língua de sinais e sobre a língua portuguesa escrita são formas de desenvolver a conscientização do valor das línguas e suas respectivas complexidades”.*

Ronice Müller Quadros e Magali L. P. Schmiedt

### 3. ACADÊMICOS SURDOS E PROFESSORES DE LETRAS: OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo serão apresentadas as categorias de análise que nos permitiram compreender os desafios enfrentados por alunos e surdos e professores no processo de ensino-aprendizagem na Língua Portuguesa escrita formal. Primeiramente, foi feita a caracterização do lócus a pesquisa e dos participantes, sendo eles acadêmicos surdos, professores de Letras e intérpretes.

Analisamos a importância da Libras como mecanismo de aprimoramento para escrita formal da Língua Portuguesa para que possamos entender os desafios enfrentados nesse processo de ensino-aprendizagem, a partir de três categorias de análise: leitura e escrita, comunicação e formação de professores. Por fim, apresentaremos as estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas por professores e alunos para a redução das dificuldades enfrentadas em sala de aula.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E DOS PARTICIPANTES

**Figura 1:** Fachada do CESP/UEA.



Fonte: Arquivo Pessoal. ARAÚJO, 2023.

**Figura 2:** Vista Parcial do Campus CESP/UEA.



Fonte: Arquivo Pessoal. AMOEDO, 2023.

A fundação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na região Norte, é resultado de uma demanda sociocultural, científica e política da sociedade amazonense para garantia do desenvolvimento da região em diversos campos do conhecimento a partir da Lei nº 2.637 de 12 de janeiro de 2001 e do Decreto nº 21.666 de 12 de janeiro de 2001, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, de gestão financeira e patrimonial de acordo com o Estatuto da instituição. Credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria MEC Nº 1.369/2010, sendo avaliada com nota 4.

É uma instituição multicampi disponibilizando cursos superiores que refletem o compromisso da educação com o desenvolvimento da região, considerando a realidade amazônica e suas demandas sociais, tanto da capital do estado quanto dos municípios. Sendo seis Escolas Superiores no campus da capital amazonense, seis Centros de Estudos Superiores e treze Núcleos de Ensino Superior nos municípios do estado, ofertando curso de graduação e pós-graduação na modalidade presencial, presencial modular e presencial mediado por tecnologia, de oferta regular ou especial por demanda.

Em Parintins, município localizado a 369 quilômetros capital do estado, a UEA por meio do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) oferta cursos de licenciatura na modalidade presencial regular e cursos de oferta especial, além dos cursos de pós-graduação. Dentre os cursos ofertados pela instituição está o Curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas, através do Decreto nº 21.963 de 27 de junho de 2001 e pela resolução nº 69/2008-CEE, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) em 12 de fevereiro de 2009, reconhecendo funcionamento do Curso em Parintins e nos Centros de Estudos Superiores de Tabatinga e Tefé.

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o objetivo do Letras em Parintins objetiva a preparação do futuro profissional docente para a atuação em sociedade nos diversos contextos, sócio-histórico, econômico, cultural e político, primando por uma atuação profissional crítica e reflexiva em prol da cidadania a partir das diversas linguagens, com ênfase na Língua Portuguesa, Linguística, Literaturas e Educação.

A matriz curricular do curso de Letras é dividida em três eixos estruturantes. O Grupo I que se refere aos conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação. O grupo II é formado por conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da Base

Nacional Comum Curricular. O grupo III da prática pedagógica que compreende o estágio supervisionado e as horas práticas de componentes curriculares.

A partir dessa grade de curricular, o curso de Letras pretende formar profissionais docentes aptos a atuarem no ensino de Língua Portuguesa e Literaturas nos níveis do fundamental e ensino médio da educação básica, refletindo sobre a linguagem nas suas mais diversas formas de manifestação, contribuindo para a formação de um profissional comprometido com a diversidade e realidade social, capaz de realizar ações didático-pedagógicas que potencializem o ensino-aprendizado da Língua Portuguesa e Literaturas.

Atualmente o Colegiado de Curso é composto de um corpo docente de dez membros, sendo três professores doutores e sete professores mestres, e atuando nas atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de Letras no CESP/UEA. Destacando que um desses professores é surdo aprovado em concurso público em 2014 para o colegiado de Pedagogia e em 2021 passou a fazer parte do colegiado de Letras ministrando a disciplina de Língua Brasileira de Sinais nas licenciaturas do CESP/UEA.

A primeira pessoa surda a ingressar na instituição formou-se em 2015 no curso de Pedagogia e atualmente é pós-graduada em Libras. Posteriormente, em 2021, graduou-se o primeiro professor surdo de Matemática e, em 2023, os primeiros professores surdos de Química e Geografia. Atualmente, o CESP possui dezesseis acadêmicos surdos com matrículas ativas em curso e mais dois acadêmicos surdos que iniciarão os estudos na instituição a partir do semestre 2023/1 aprovados para o curso de Química.

Considerando a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, por meio do Conselho Universitário (CONSUNIV), a UEA criou o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais (PIAPNE) aprovado pela resolução nº 010/2011 para dar apoio acadêmico e assegurar ações de inclusão e acessibilidade, bem como instituir os Núcleos de Acessibilidade na instituição. Ainda que a resolução para a implantação dos Núcleos seja anterior a entrada do professor surdo e da acadêmica surda, somente em 2018 foi inaugurado o Núcleo de Acessibilidade Professora Maria do Carmo no CESP-UEA, neste mesmo ano ingressaram quatro acadêmicos surdos.

A criação do Núcleo de Acessibilidade representa um grande marco no CESP/UEA, pois denota avanços educacionais, bem como o cuidado em

atender os alunos de forma a contribuir para o melhor desenvolvimento de cada acadêmico, servindo de alicerce para o sucesso na vida acadêmica de cada estudante (AMOEDO et al, 2020, p. 58786).

O Núcleo de Acessibilidade na instituição representa um grande passo em busca da inclusão, não somente dos acadêmicos surdos, mas também de outros acadêmicos com deficiência matriculados no CESP/UEA que recebem apoio didático-pedagógico por meio de ações inclusivas do Núcleo e da Coordenação de Qualidade.

Considerando os objetivos desta pesquisa de investigar acerca do processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita formal, três agentes desse processo foram selecionados, sendo dois acadêmicos surdos, três professores do colegiado de Letras e dois intérpretes que atuam e atuaram com os acadêmicos em sala de aula.

O primeiro acadêmico a ingressar no curso de Letras foi no segundo semestre de 2018, e no primeiro semestre de 2021, o segundo acadêmico ingressa no curso de Letras, ambos possuem surdez congênita. Quanto ao histórico educacional, os dois participantes da pesquisa iniciaram as séries iniciais da educação básica na Escola Especial de Áudio e Comunicação Padre Paulo Manna, uma instituição especializada no atendimento educacional de crianças, jovens e adultos surdos, fundada em 17 de abril de 1982 que atua há mais de 40 anos na educação de surdos em Parintins, atendendo alunos surdos da educação infantil e ensino fundamental I.

Após a conclusão das séries iniciais do fundamental, os acadêmicos surdos ingressaram na Escola Estadual Brandão de Amorim, a primeira escola da rede regular de ensino a atender alunos surdos, pioneira no processo de implantação da educação bilíngue. Os acadêmicos surdos que hoje fazem parte do corpo discente do CESP/UEA concluíram os anos finais do fundamental e ensino médio nesta instituição educacional.

Dos professores de Letras que compõem o quadro efetivo da Instituição, foram selecionados três a partir da análise dos objetivos da pesquisa, pois procura-se investigar o processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa escrita formal. Optou-se por escolher os professores que ministram as disciplinas relacionadas à Língua Portuguesa, entre as quais destacam-se Produção Textual, Teoria e Prática da Leitura, Linguística, Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Semântica. Os três professores são graduados em Letras e possuem mestrado, sendo um mestre em Letras e Artes que atua há treze anos no curso de Letras, um mestre em Filosofia

atuando há 10 anos e um mestre em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia atuando há 14 anos na instituição.

As duas intérpretes selecionadas atuam e/ou atuaram no curso de Letras acompanhando os acadêmicos surdos têm formação superior em Letras e Libras. O TILS é agente fundamental para que aconteça o processo de ensino-aprendizagem do acadêmico surdo, principalmente quando professores titulares não possuem formação básica ou proficiência em Libras.

### 3.2 A LIBRAS COMO MECANISMO PARA O APRIMORAMENTO DA ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

Strobel (2008) apresenta a Libras como um dos artefatos culturais e identitários da comunidade, por meio da língua de sinais, os surdos se comunicam e apreendem o conhecimento de mundo, uma compreensão que é visual. A Libras é o artefato linguístico da comunidade, sendo esta sua língua e é através dela que o surdo pode adquirir uma L2. No caso dos surdos brasileiros, a L2 é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, por esse motivo a Libras é o canal principal de comunicação do surdo com o mundo ao seu redor.

Analisando as falas dos acadêmicos surdos percebemos como a Libras é importante no seu processo de ensino-aprendizagem porque é assim que os alunos conseguiam compreender os conteúdos e participar das atividades propostas nas disciplinas. Com apoio da intérprete, a aprendizagem acontecia tendo como ferramenta fundamental a Libras para que o acadêmico surdo desenvolva suas aprendizagens.

*Em sala de aula, a intérprete ia me explicando em Libras e ia entendendo. Mas tinha alguns conteúdos que eu lia no slide as palavras em português e não entendia o que significava, era confuso. Em Libras é sempre mais claro para compreender porque é a minha língua (HUET, 2023).*

Quanto ao acadêmico surdo que ingressou na instituição em 2018, percebemos a consideração acerca da Libras e de como o desenvolvimento acadêmico é mais eficaz quando se tem a língua de sinais como parte do processo de **ensino-aprendizagem**. Isso também fica evidente no depoimento do acadêmico ingressante no ano de 2020, este passou por um processo educacional ainda mais complexo, pois

após um mês do início das aulas no primeiro semestre iniciou a pandemia da Covid-19, obrigando que a Universidade fizesse adoção pelo Ensino Remoto.

Assim, o acadêmico surdo L'pée explica que:

*Eu sempre pedia para a intérprete explicar as mensagens que mandavam no grupo, porque eu não entendia as palavras, o português era muito difícil. Eu perguntava se era possível fazer um vídeo em Libras explicando, aí sim eu entendia e ficava tudo mais claro sobre os estudos para responder atividades ou provas. Eu consegui entender que é importante praticar a leitura para aprender (L'EPÉE, 2023).*

Para ele, os conteúdos esclarecidos em Libras são mais compreendidos porque trata-se da língua materna de ambos os acadêmicos, isso destaca mais a língua de sinais como fundamental na aprendizagem do surdo. Pereira (2009) aponta que esse reconhecimento da Libras permite desenvolvimento em diversos aspectos, seja cognitivo, socioafetivo-emocional e linguístico.

Ressalta-se a importância da educação bilíngue que prioriza a língua materna do surdo no processo educacional, possibilitando a aprendizagem da segunda língua, o português escrito, que como podemos perceber pelas falas dos dois acadêmicos é uma dificuldade enfrentadas por estes, tanto na leitura quanto na escrita.

Esse reconhecimento da importância da Libras no ensino-aprendizagem da escrita formal da Língua Portuguesa também percebido pelos professores do curso que descrevem que o processo se dá a partir da atuação do tradutor intérprete. Os professores do curso de Letras não possuem formação na área de Educação Especial, Educação Inclusiva ou Libras, exceto o professor surdo que faz parte do colegiado. Para estabelecer um *feedback* com os acadêmicos surdos é imprescindível a mediação do intérprete de Libras.

A Libras possui um papel central no ensino-aprendizagem. É somente por meio dela que se dá a formação de professores surdos no curso de Letras e nos demais cursos da instituição. Os professores compreendem esse processo educacional que começa com a Libras, complexo e necessário, e que resulta do desenvolvimento das potencialidades do acadêmico surdo, como explica os professores entrevistados:

*Antigamente, os professores de Língua Portuguesa não eram preparados para atender estudante surdo, pois a disciplina a Libras não fazia parte do currículo, na formação do professor de Língua Portuguesa. Eu percebo uma relação extremamente complexa, pois a modalidade escrita passa por vários níveis de tradução. Primeiro o intérprete traduz através da Libras, depois o surdo compreende através da modalidade oral e finalmente traduz a oralidade*

*em texto escrito. É por isso que inviável para um aluno surdo fazer um trabalho com mesma rapidez que um ouvinte. E dificuldade do aluno surdo não é compreendida, para a maioria dos professores, que não tiveram essa formação em Libras (BOJUNGA, 2023).*

*Isso somente é possível com a ajuda de intérprete bilíngue. Geralmente, se trata de acadêmico ouvinte, do CESP, que acompanha o surdo nas atividades desenvolvidas em sala (LOBATO, 2023).*

A professora Bojunga destaca o pressuposto da Lei nº 10.436 e do Decreto nº 5.626, documentos legais que tratam da obrigatoriedade das instituições educacionais quanto a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais, nos cursos superiores de formação de professores. O professor Lobato ressalta a questão do bilinguismo que pressupõe duas línguas em contato, a Libras (L1) e a Língua Portuguesa (L2).

Salles et al (2004, p. 21) afirma que os professores em sala de aula precisam reconhecer “a importância da língua de sinais como um instrumento no ensino do português. Recomenda-se que, ao conduzir o aprendiz à língua de ouvintes, deve-se situá-lo dentro do contexto valendo-se da sua língua materna (L1), que, no caso em discussão, é a LIBRAS”. Assim, a partir de sua língua materna, o surdo pode adquirir uma segunda língua, neste caso, a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Para as intérpretes que atuam ou atuaram no curso de Libras é imprescindível tomar a Libras como pilar para educação de surdos que deve ser realizada tendo como base a cultura e a identidade da pessoa surda, elucidado por Strobel (2008), a Libras como artefato linguístico da comunidade surda. Uma das intérpretes define que “A Libras é uma forma de preservar a identidade das pessoas Surdas e contribuir para a valorização e reconhecimento da cultura Surda” (CARNEIRO, 2023).

Essa discussão também está presente nos documentos legais sobre a educação de surdos que tratam sobre a difusão da Libras nas instituições de ensino e setores da sociedade, aspectos que são destacados pelas intérpretes como forma de dimensionar a importância da Libras para a comunidade surda e sua inclusão na sociedade, compreendendo e respeitando suas as diferenças linguísticas.

*O surdo é diferente dos ouvintes, principalmente na organização de textos, pois para o acadêmico surdo sua língua materna é a L1 a Libras, a qual ele aprende por primeiro e em seguida a L2 o Português escrito, no entanto para que haja aprimoramento da Língua portuguesa é necessário respeitar a língua materna do surdo, visto que ele é visual (SMALDONE, 2023).*

*A educação bilíngue deve ser entendida como um direito da pessoa surda. Neste sentido, a Língua Brasileira de Sinais é importante para este grupo social haja visto que oportuniza acessibilidade linguística aos acadêmicos*

*surdos e desta feita considerável domínio e compreensão dos conteúdos e conseqüentemente à escrita da língua portuguesa, entretanto, cabe sempre ao sujeito envolvido a decisão (MANNA, 2023).*

Nessa perspectiva apresentada pelas intérpretes, a importância da Libras para a comunidade surda parte de uma dimensão mais profunda, não abrangendo somente o sentido educacional, mas é sócio-histórico, cultural e identitário, pois as pessoas surdas passaram por longos períodos de marginalização da surdez, de capacitismo e de censura linguística quando a comunicação em Libras foi proibida em 1880 pelas resoluções do Congresso de Milão.

Segundo Salles et al (2004, p. 21), no ensino-aprendizagem, a Libras “[...] deverá ser sempre contemplada como língua por excelência de instrução em qualquer disciplina, especialmente na de língua portuguesa, o que coloca o processo ensino/aprendizagem numa perspectiva bilíngüe”. Somente entendendo a Libras como base fundamental para o aprimoramento da escrita formal da Língua Portuguesa por acadêmicos surdos é que o ensino bilíngüe se desenvolverá de forma eficaz.

### 3.3 DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ESCRITA FORMAL DA LÍNGUA PORTUGUESA

#### 3.3.1 Leitura e Escrita

A leitura e a escrita são principais desafios enfrentados pelos acadêmicos surdos no ensino superior que por muitas vezes é responsável pelo baixo desempenho acadêmico, dependência em disciplinas e desperiodização, convertendo-se em aspectos que mais dificultam o desenvolvimento e participação de surdos nas atividades de cursos superiores.

Os acadêmicos surdos do curso de Letras do CESP/UEA também precisam quebrar essas barreiras linguísticas que é resultado do processo educacional da educação básica que não lhes permitiu a aquisição fluente da L2, a escrita formal da Língua Portuguesa.

Silva, Bordas e Lima (2019) explicam que a dificuldade dos surdos com a Língua Portuguesa é de natureza fonológica, porque é uma língua oral-auditiva, isso torna complexo o processo de aquisição em comparação com a Libras que é uma língua



visuoespacial com estrutura e gramática própria igualmente a qualquer língua oral-auditiva.

A leitura e a escrita do Português são baseadas nas ideias dos sons do Português e por isso estão ligadas a esse processamento de linguagem baseado em experiências auditivas. Tal processamento não ocorre na mente de pessoas surdas como ocorre na mente de pessoas ouvintes e por isso é tão difícil para o surdo com perda auditiva severa e profunda ler e escrever uma língua oral-auditiva. Essa dificuldade implica, inevitavelmente, em obstáculo adicional para a entrada e permanência de surdos no Ensino Superior (SILVA; BORDAS; LIMA, 2019, p. 4).

Considerando esses aspectos, os acadêmicos surdos do curso de Letras apresentam que suas principais dificuldades com a leitura e escrita estão relacionadas a gramática da Língua Portuguesa, no que se refere a morfologia, sintaxe e semântica. Para eles, é difícil associar as duas línguas de modalidades linguísticas diferentes e estrutura gramatical pouco semelhante.

*A escrita é muito difícil para mim. A leitura também, por exemplo, algumas das palavras que eu não conheço no português e não sei o significado. A leitura de poesia é difícil para entender. Quando tenho que ler, copiar as citações, fazer resumo e depois escrever sobre minha própria experiência e compreensão do texto é mais difícil, não é fácil. Eu tenho dificuldade na gramática, na fonologia e na morfologia do português. No português, tem a ordem certa das palavras que se você trocar a posição pode ficar errado a frase (L'EPÉE, 2023).*

*Eu sou surdo e tenho muitas dificuldades com o português escrito e em organizar as palavras na frase de forma correta, porque eu troco a ordem. Isso para o ouvinte é diferente porque escrevem certo, mas com o surdo é diferente (HUET, 2023).*

Os acadêmicos percebem que a estrutura morfossintática das línguas diverge, o vocabulário reduzido da Língua Portuguesa também prejudica a compreensão no nível semântico da escrita formal da língua. O desconhecimento acerca do léxico da língua é resultado de uma proposta educacional que não priorizou a Libras como L1 para posterior aquisição da L2.

Nesse sentido, Guerra (2016, p. 101) ressalta a importância da Libras no processo de leitura e escrita de alunos surdos:

*É de crucial relevância compreender o papel que o uso da LIBRAS como mediadora do conhecimento desempenha em seu processo de aquisição da escrita, para que, a partir disso possamos considerar suas especificidades e dificuldades com relação a uma segunda língua, no caso a Língua Portuguesa.*

A produção textual de discentes surdos é sempre vista a partir do “erro de português”, em que se atribui o insucesso acadêmico a surdez, inclusive entendendo-a como uma deficiência intelectual de aprendizagem. Essa é uma dificuldade percebida pelos professores também que identificam a *“pouca proficiência do aluno surdo em Língua Portuguesa, sobretudo nas práticas de leitura e escrita. Dificuldade na escrita e na leitura de textos sem a presença do intérprete”* (MACHADO, 2023).

As dificuldades dos acadêmicos surdos em nível semântico são recorrentes e afetam a escrita desses discentes. “Um outro aspecto que deve ser destacado no ensino da leitura e da escrita para alunos surdos se refere ao fato de que, muitas vezes, professor e aluno não partilham a mesma língua, o que dificulta o desenvolvimento de conhecimento prévio” (PEREIRA, 2009, p. 27). A leitura e interpretação de textos são importantes para o desenvolvimento de uma escrita crítica e assim ser possível associar os conceitos teóricos com a realidade prática.

Quanto ao ato de ler, Freire (1992, p. 40) esclarece que:

Ler um texto é algo mais sério, mais demandante. Ler um texto não é “passear” licenciosamente, pachorrentamente, sobre as palavras. É apreender como se dão às relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde, determinado (FREIRE, 1992, p. 40).

Da mesma maneira, a leitura para o acadêmico surdo precisa desenvolver essas habilidades considerando a Libras como ferramenta importante no ato de ler. A complexidade dos termos técnicos e próprios da Língua Portuguesa afetam a compreensão dos textos lidos por acadêmicos surdos, principalmente por ser língua analítica e possuir diferentes fenômenos semânticos que não são tão presentes na Libras, principalmente, palavras que apresentam mais de um significado dependendo do contexto de uso.

*Letras é muito difícil. Tem diversos conteúdos que eu tenho dificuldade, exemplo, no significado das palavras que eu não conheço do português. Na leitura, eu tenho muitas dúvidas sobre o significado das palavras, porque às vezes eu penso uma coisa e pergunto para tirar a dúvida, mas o sentido não combina, então muito difícil para mim o curso de Letras (L'EPÉE, 2023).*

*Na cultura do surdo a escrita é organizada de uma forma que parece ser ao contrário da escrita do ouvinte, vejo que é muito difícil. Eu aprendi pouco português e fui desenvolvendo a escrita, sempre tendo que corrigir (HUET, 2023).*

Ao ler um texto, os acadêmicos necessitam fazer o processo de leitura através de uma mediação para conseguirem entender os sentidos do texto. Pereira (2009, p. 27) explica que a Libras “vai propiciar aos surdos a constituição de conhecimento de mundo e da língua que vai ser usada na escrita, tornando possível a eles entender o significado do que leem, deixando de ser meros decodificadores da escrita”.

Os intérpretes problematizam sobre a questão visual no processo de aprendizado dos acadêmicos surdos quanto a modalidade escrita formal da Língua Portuguesa, porque a Libras é uma língua visuoespacial em comparação com a modalidade oral-auditiva do português, é preciso considerar as especificidades da cultura e identidade surda, como pontua a intérprete.

*Percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem se dá através da percepção visual, a visão lhes proporciona a aprendizagem necessária é adequada, diferente dos ouvintes que primeiro escutam e depois reproduz através da fala. No entanto é preciso que os professores, incentivem e incluam os acadêmicos surdo e que usem materiais visuais para o melhor entendimento (SMALDONE, 2023).*

As dificuldades na leitura e escrita por alunos surdos é resultado de metodologias que não priorizam a Libras no processo de ensino-aprendizagem, isso torna o desenvolvimento acadêmico defasado. Vale destacar que esta é uma lacuna que persiste desde a educação básica ofertada fora da perspectiva bilíngue. Lembrando que o bilinguismo na educação de surdos defende um ensino que tenha como base a Libras para a aquisição da Língua Portuguesa escrita, somente considerando primeiramente a língua de sinais torna-se possível que o acadêmico surdo desenvolva a L2 com mais proficiência.

### **3.3.2 Comunicação**

As dificuldades dos acadêmicos surdos com a leitura e escrita são influenciadas pelas barreiras da comunicação imposta pela ausência de práticas bilíngues adequadas conforme as diretrizes nacionais de educação. Ainda é recente os documentos legais que dão suporte ao aluno surdo nas instituições de ensino e as obrigatoriedades de medidas como bilinguismo, o tradutor intérprete de Libras, acessibilidade e apoio acadêmico.

Para Ansay (2009) o acadêmico ao chegar no ensino superior, ao longo de sua trajetória escolar, superou barreiras além daquelas já impostas pela comunicação que dificultam a socialização, também enfrenta desafios referentes a visão negativa que a sociedade tem sobre a pessoa surda, uma visão capacitista que é mais limitante do que a própria surdez.

Em sala de aula quem faz o papel de mediar a comunicação entre o acadêmico surdo e professores e alunos ouvinte é o intérprete de Libras. Uma das dificuldades no ensino-aprendizagem se dá pela falta de comunicação direta entre aluno e professor, porque a maioria dos professores não possuem conhecimento básico da Libras.

A dificuldade comunicacional influencia negativamente no processo educacional da escrita formal da língua portuguesa, restringindo o contato do discente surdo apenas com o intérprete de Libras. A interação com os colegas ouvintes possibilita o contato com a Língua Portuguesa e, conseqüentemente, mobiliza a aprendizagem. O acadêmico surdo relata que a comunicação sempre acontece mediada pela intérprete de Libras.

*A intérprete me ajudava a interagir com os colegas e me comunicar, nos trabalhos em grupos nos reuníamos para dar opinião sobre um tema. Nós debatíamos em grupo e organizávamos o trabalho para apresentar. No começo eu não conseguia apresentar, precisava ficar calmo, depois tentava de novo quando estava mais seguro e a intérprete de Libras ajudava na interação e também minha tutora que sabe Libras e me ajudava a ficar calmo para conseguir aprender. Penso que é importante ter essa empatia (HUET, 2023).*

Essas barreiras da comunicação são minimizadas pela atuação do intérprete de Libras em sala de aula e pelo tutor, um acadêmico ouvinte que auxilia o acadêmico surdo em parceria com o profissional intérprete. O tutor de Libras é uma medida de acessibilidade da UEA, programa institucional que foi aprovado em 2011, por meio da Resolução nº 010/2011 que cria o Programa de Inclusão e Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Especiais da Universidade do Estado do Amazonas PIAPNE-UEA.

De acordo com Amoedo et al (2020, p. 58787) o programa de tutoria entrou em vigor no CESP/UEA a partir de 2018 quando:

[...] além da contratação de intérpretes, lançou o projeto Tutoria Inclusiva, para que os acadêmicos ouvintes que tivessem curso de LIBRAS e fossem

da mesma área que o licenciando surdo pudessem estar contribuindo com o processo educacional e social dos colegas surdos.

O programa tem por objetivo promover e garantir acesso à inclusão e acessibilidade de acadêmicos e funcionários com deficiência, para que se devolvam de forma efetiva e por meio de ações e atividades acessíveis na área de ensino, pesquisa, extensão, serviços e infraestrutura, como forma de promover acesso e permanência na educação superior.

Sobre esse tópico de análise, um dos professores relata que o “maior empecilho à comunicação é de minha parte, uma vez que não sei me comunicar em LIBRAS. Por esse motivo, necessito de um intérprete na sala para mediar o processo de ensino aprendizagem” (LOBATO, 2023). A comunicação não ocorre sem a mediação do intérprete de Libras, mas é importante entender que este profissional não deve ser o responsável pelo ensino-aprendizagem do acadêmico surdo, ele é um mediador, cabe ao professor titular essa responsabilidade.

Fernandes e Moreira (2017) problematizam a atuação do intérprete educacional com alunos surdos no ensino superior, alegando ser necessário tal discussão, porque “[...] é neste profissional que tem sido depositada praticamente toda a responsabilidade do sucesso no processo de inclusão de estudantes surdos” (FERNANDES; MOREIRA, 2017, p. 136). Essa dificuldade foi levantada pelos intérpretes do curso Letras.

*O processo de ensino-aprendizagem quase sempre se dá distante da realidade social e cultural do acadêmico, deixando lacunas em seu processo formativo, pois, alguns docentes por não terem conhecimento básico da LIBRAS não se sentem responsáveis pelo processo, transferindo o sucesso ou mesmo fracasso ao próprio acadêmico, tradutor/intérprete e/ou tutores (MANNA, 2023).*

*Existem várias dificuldades que o acadêmico surdo enfrenta em sala: Medo do preconceito dos colegas ouvintes, falta de comunicação com os acadêmicos, uma vez que, os acadêmicos não sabem libras e isso se torna barreira para a socialização do surdo, os professores também não sabem libras e às vezes esquecem que tem acadêmicos surdos, assim não existindo acessibilidade. Falta de materiais visuais na exposição das aulas (SMALDONE, 2023).*

As duas intérpretes concordam quanto a dificuldade de comunicação em Libras do surdo com alunos e professores ouvintes, isso é percebido no desempenho dos acadêmicos, estes se sentem inseguros em sua participação nas atividades com os colegas porque há uma barreira comunicacional que precisa ser quebrada. Viana e

Gomes (2020) esclarecem que o intérprete atua em relações comunicativas entre o aluno surdo com seus professores e colegas, também mediando o processo de ensino-aprendizagem.

### 3.3.3 Formação de Professores

Uma das questões levantadas pelos professores quanto as dificuldades do trabalho docente com acadêmicos surdos é a falta de formação para a atuação com alunos surdos, essa era uma realidade desconhecida para os professores até o ingresso do primeiro surdo no curso de Letras. Ansay (2009, p. 78) chama atenção para essa problemática porque desde o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, já tratava sobre exigência para a formação continuada para docentes atenderem pessoas surdas.

Os professores relatam que seria importante que a universidade enquanto instituição de ensino promovesse formação para os professores, principalmente, considerando o número de acadêmicos surdos que ingressaram na instituição nos últimos cinco anos.

*Capacitar docentes na comunicação em LIBRAS seria uma das opções inclusivas viáveis. Mas, para isso se tornar realidade, a demanda deve partir da própria comunidade surda (LOBATO, 2023).*

*Acredito que seja necessária a formação docente OBRIGATÓRIA para todos os cursos de licenciatura, cursos especializados em trabalhar diferentes metodologias para a pessoa surda. O professor do curso de Letras precisa desse apoio (BOJUNGA, 2023).*

Destaca-se que a formação de professores não volta-se apenas para o ensino da Libras como segunda dos professores de Língua Portuguesa, refere-se também a formação didático-metodológico a ser utilizada em sala de aula com acadêmicos surdos, quais os métodos mais eficazes para potencializar aprendizagens, pois “[...] existem outros aspectos sobre a educação de surdos que precisam ser contemplados nos cursos de formação” (ANSAY, 2009, p. 78).

Mais vez uma ressaltamos uma questão metodológica vigente tanto na educação básica quanto no ensino superior, quando a professora enfatiza a necessidade de formação de professores por iniciativa do CESP/UEA, observando

que a cada vestibular mais pessoas com deficiência ingressam na instituição, em sua maioria, acadêmicos surdos.

*A primeira questão, fundamental, que precisa ser reelaborada, pela Universidade do Estado do Amazonas, é a formação de professores, em todos os cursos de graduação, habilitá-los para atuarem, de forma efetiva, na inclusão, de modo geral (BOJUNGA, 2023).*

Viana e Gomes (2020) enfatiza que essa barreira na comunicação entre professor e aluno, é em decorrência da falta de formação de docente, que acarreta mais dificuldades para o aluno em diversas dimensões, na aprendizagem, na sociabilidade e no desempenho acadêmico, podendo resultar em desistência e evasão escolar no ensino superior.

Essas dificuldades prejudicam o surdo que normalmente se encontra em dependência em muitas disciplinas ou tem baixo rendimento acadêmico. A formação de professores possibilitaria uma atuação docente com mais competência e empatia com os alunos surdos, pois haveria uma maior compreensão em relação ao processo de ensino-aprendizagem desse público.

A formação docente possibilitaria um melhor entendimento das especificidades dos acadêmicos surdos para o emprego de metodologias e práticas avaliativas que contemplem suas particularidades. Uma das intérpretes também ressalta que é preciso mudança didático-metodológica no ensino-aprendizagem que contemple a forma como o acadêmico surdo é avaliado.

*É necessário que aconteça mudanças no currículo, na prática dos docentes em sala. Sendo que o eixo principal da aprendizagem do acadêmico surdo é a LIBRAS, e por sequência ele deverá saber o português, pois faz parte do contexto acadêmico. Se respeitarmos os limites do acadêmico surdo é possível que ele tenha capacidade e adeque a escritas de textos (SMALDONE, 2023).*

O desempenho acadêmico do surdo é avaliado da mesma forma que o aluno ouvinte, mas deve-se considerar que para o ouvinte, a avaliação se faz na sua primeira língua, o português. No entanto, para o acadêmico surdo, este está sendo avaliado em uma língua na qual não tem proficiência, logo seu rendimento é baixo. Ainda que o acadêmico domine um determinado conteúdo em Libras, considera-se a sua escrita na avaliação. É necessária formação docente para que se compreenda as

particularidades dos alunos surdos e assim possibilitar um ensino com base no respeito às diferenças.

### 3.4 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS EM SALA DE AULA PARA REDUÇÃO DAS DIFICULDADES

As dificuldades na leitura e escrita, as barreiras da comunicação e a falta de formação continuada de professores são os desafios que a comunidade surda do CESP/UEA enfrenta. Ainda que os dados aqui apresentados sejam decorrentes da experiência de acadêmicos e docentes do curso de Letras, também é pertinente a outros cursos da instituição que possuem surdos matriculados.

Há uma percepção por parte dos acadêmicos, professores e intérpretes de que é necessário mudanças e medidas devem ser tomadas para possibilitar o ensino-aprendizagem. É necessário pensar em metodologias e/ou estratégias para serem utilizadas em sala de aula com o objetivo de minimizar as dificuldades encontradas “Ainda estamos engatinhando em relação às políticas públicas, à formação de professores e, principalmente, em relação à transformação da educação escolar nos níveis anteriores ao ensino superior. Há um longo caminho a percorrer (DAROQUE, 2011, p. 51).

Os acadêmicos surdos descrevem quais são os seus métodos de estudo para apreensão e compreensão dos conteúdos, principalmente quanto a leitura e a escrita. É processo longo por etapas que é desenvolvido em parceria com o intérprete e/ou tutores, percebe-se a necessidade da mediação do ouvinte nesse processo, porque a escrita formal da Língua Portuguesa é complexa para o acadêmico surdo.

*Eu escrevo e minha tutora corrigia porque não estava de acordo com a ordem das palavras no português, assim eu ia aprendendo. Quando estou lendo sempre tenho que fazer pesquisas do tema para depois escrever aquilo que entendi do texto. Eu primeiro eu faço a leitura, depois pesquiso as palavras e escrevo um resumo do que eu consegui entender da leitura com minha própria opinião e o que penso sobre o tema. É muito importante ter foco porque tenho dificuldades com a escrita do português e para mim é mais pesado o estudo (HUET, 2023).*

*Eu tenho que fazer muita pesquisa para conseguir entender e escrever as palavras na ordem certa e pesquisar sobre seus significados, tenho que pedir para alguém organizar o texto e vou pesquisando mais para me desenvolver, acompanhar essa estrutura do português é difícil. Eu vejo que os professores são bons e tem paciência comigo (L'EPÉE, 2023).*



No processo de escrita, os acadêmicos surdos fazem a leitura do texto mediante à pesquisa de palavras das quais não conhece o significado ou sinal, após a compreensão dos conceitos desconhecidos, este se dedica à escrita daquilo que foi lido como forma de fixação dos conteúdos estudados. É seguindo esse procedimento de estudo que os acadêmicos surdos tentam ultrapassar suas dificuldades com a Língua Portuguesa.

O intérprete que acompanha os acadêmicos também pensa em estratégias para viabilizar o ensino-aprendizagem do surdo, por vezes ou na maioria delas, atua também na função de professor. Ainda que este não seja sua responsabilidade, mas há incompreensão quanto ao trabalho do intérprete educacional e em relação às capacidades do acadêmico surdo, se o surdo não escreve “bem”, associa-se a surdez com déficit de aprendizagem, como relata a intérprete sobre as estratégias utilizadas.

*O processo é principalmente por meio do espaço-visual. Percebemos que a técnica de mapa mental com auxílio dos vídeos é a melhor forma de Ensino-aprendizagem do Surdo. Essa técnica já usamos desde quando foi preciso auxiliar um surdo no TCC. Com o surdo do curso de Letras (dito por alguns que apresenta problemas de aprendizagem) tal técnica funciona com excelência superando a nossa expectativa (CARNEIRO, 2023).*

Nesse percurso metodológico que envolve acadêmico surdo e intérprete, o mapa mental associado a vídeos em Libras é visto como uma possibilidade de recurso didático que auxilia o surdo e tem apresentado resultados positivos. A sistematização dos conteúdos por meio do mapa mental, ajuda o acadêmico surdo a compreender os conceitos básicos e a partir disso desenvolver suas habilidades na leitura e na escrita.

As estratégias adequadas de ensino utilizadas para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita precisam perceber que o surdo é diferente do ouvinte, por isso o método de ensino também precisa ser adaptado para atender suas necessidades, mas nem todos os professores compreendem essa dinâmica. “As metodologias, recursos e estratégias de ensino, na maioria das vezes, são direcionados aos ouvintes” (VIANA; GOMES, 2020, p. 205), isso agrava ainda mais as dificuldades dos acadêmicos surdos.

Um dos professores explica que “Não ministro aulas diferenciadas. A transposição didática é feita pelo acompanhante do surdo” (LOBATO, 2023). Por essa fala, entendemos aquilo já discutido anteriormente, quanto a passagem da

responsabilidade do ensino para o intérprete, mas esclarece-se que não cabe a ele essa função.

Cabe ao professor pensar estratégias que viabilizem o aprendizado do acadêmico e estabelecendo um diálogo com o intérprete pode tentar compreender o universo surdo e planejar aulas que alcancem o surdo da mesma maneira que o ouvinte. É preciso pensar métodos e estratégias que explorem a experiência visual do surdo. Deste modo, a professora destaca exatamente o uso da compreensão visuoespacial do surdo por meio do teatro, essa estratégia explora os aspectos próprios da língua de sinais.

*Nas minhas aulas procurei trabalhar leituras com imagens e atividades teatrais. Na metodologia com performance teatral verifiquei uma aprendizagem significativa (BOJUNGA, 2023).*

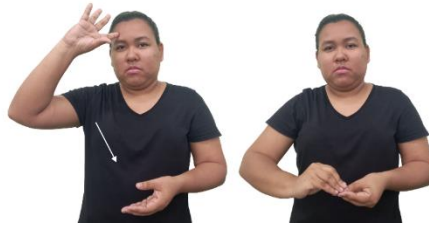
*Na minha experiência com surdos eu procurei dialogar com os intérpretes e tutores para trabalharmos as habilidades do aluno surdo, trazendo imagens e procurei explorar a arte da escrita através de desenho, pois para o surdo a leitura sensorial, nas minhas aulas foram mais proveitosas (BOJUNGA, 2023).*

Pode-se compreender o teatro como recurso didático importante que pode ser utilizado como forma de valorização da Libras e da cultura, na medida em que explora a performance corporal, reconhecendo que a língua de sinais possui características visuoespaciais. “Como estratégia de ensino e aprendizagem, o teatro facilita a abordagem de conteúdos e conceitos, permitindo ao surdo uma melhor compreensão de seu objeto de estudo (VIEIRA; LIMA, 2016, p. 97).

Outras possibilidades também são apontadas pelos professores, por exemplo, o uso de sinais para fixação dos conceitos; atenção especializada ao aluno surdo, e elaboração de provas na modalidade visual, gravação das respostas do aluno em Libras comparadas com a escrita do aluno. Também a participação do intérprete no acompanhamento do surdo nas atividades como incentivo para o aluno socializar com os colegas sinais em Libras.

Pensando em estratégias mais visuais, percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem atende melhor às necessidades do surdo partindo da utilização de novos recursos e métodos de avaliação que contemplem a Libras. É necessário olhar para a diferença e buscar compreendê-la, reconhecendo a Libras fundamental para superação das dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos surdos e professores quanto a leitura e a escrita formal da Língua Portuguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



*“Surdos, sejam persistentes e nunca desistam dos seus sonhos, arregacem as mangas e vão à luta com toda a coragem...”*

Karin Strobel

O processo de inclusão das pessoas com deficiência deu-se de forma tardia, ao longo do tempo foram ocorrendo mudanças na maneira em como se olha para o outro, um ser diferente e dotado de particularidades. Inicialmente tem-se uma visão de extermínio daquele que nasce com alguma deficiência, posteriormente este passou a viver em sociedade, mas em uma perspectiva de exclusão, vivendo às margens da sociedade. Em outro momento, estes foram integrados à sociedade, porém sobre um viés de inválido numa dinâmica assistencialista, que não primava pela autonomia e desenvolvimento do sujeito como ator social.

É recente as políticas públicas que defendem o processo de inclusão das pessoas com deficiência, na defesa e luta por seus direitos sociais. As atuais políticas educacionais brasileira versam sobre esse processo de inclusão, principalmente, no que diz respeito ao acesso à educação, definindo leis e decretos que ajuízam os direitos garantidos desse público aos espaços educacionais desde a educação básica até o nível superior.

Inserido nesse público estão os surdos, pessoas que apreendem o mundo por meio de suas experiências visuais e se comunicam através da língua de sinais, no caso dos surdos brasileiros, a Libras. Ainda que as políticas educacionais vigentes defendam o acesso à educação de forma inclusão, também se faz necessário discorrer sobre a maneira como essas políticas de aplicam na prática, porque não basta apenas o ingresso de uma pessoa surda à escola ou universidade, é preciso fornecer possibilidades para sua permanência e desenvolvimento educacional.

É importante destacar que o processo de ensino-aprendizagem de surdos ainda se realiza na mesma metodologia empregada com alunos ouvintes, resultando em um déficit de aprendizagem para os alunos surdos, porque estes apreendem o mundo de forma diferente dos ouvintes, suas experiências se dão de maneira visual-gestual, enquanto os ouvintes são orais-auditivos.

Esse fato pode refletir de forma negativa na comunicação com professores e demais acadêmicos e a ausência de monitores ou intérprete de Libras agravam a situação. Então, faz-se necessário a efetivação das políticas públicas de incentivo e inclusão do surdo na sociedade de modo geral, enfatizando sua inserção e permanência na rede de ensino superior, ressaltando que esta inclusão é escassa. Tendo em vista os desafios enfrentados para a aquisição da Língua Portuguesa, como segunda língua (L2) na modalidade escrita, que é um requisito básico para a entrada nas universidades e institutos superiores de ensino.

Reconhecendo as dificuldades e os desafios enfrentados pelos acadêmicos surdos e professores torna-se possível elaborar e implantar medidas de apoio, principalmente, no âmbito didático e metodológico, pensando estratégias fundamentadas no uso da Libras. Assim, os surdos quando ingressam em cursos de ensino superior passam por diversas dificuldades para se adaptar ao espaço acadêmico, ainda mais considerando o nível dos conteúdos teóricos e técnicos dos componentes curriculares, sendo que a utilização da escrita formal da Língua Portuguesa é a principal barreira para desenvolver sua aprendizagem de forma satisfatória.

As problemáticas enfrentadas pela comunidade surda estão em constante debate, apesar das políticas públicas de inclusão, os acadêmicos surdos precisam superar barreiras impostas pela falta de professores bilíngues, laboratórios específicos, acompanhamentos pontuais que potencialize suas condições de aprendizes.

É importante que se discutam metodologias de ensino que possibilitem o aprimoramento da Língua Portuguesa escrita por acadêmicos surdos e que também se compreenda que a Libras é uma língua assim como o português e, esta, é a língua materna da comunidade surda, sendo por meio dela que o aluno com surdez deve ser ensinado, através de metodologias baseadas no bilinguismo, que utilizam as duas línguas.

Assim, reconhecendo as dificuldades e os desafios enfrentados pela comunidade surda torna-se possível elaborar e implantar medidas de apoio, principalmente, no âmbito didático-metodológico que viabilize o ensino-aprendizagem por meio da Libras para acadêmicos surdos e pensar no fomento de formação continuada para professores na atuação com acadêmicos surdos, considerando as diferentes realidades socioeducacionais da comunidade surda.

## REFERÊNCIAS

AMOEDO, Francisca Keila de Freitas. **Ensino das ciências: diálogo na educação infantil e a aprendizagem da criança surda, na cidade de Parintins/AM.** Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências na Amazônia). Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Parintins: UEA, 2017.

AMOEDO, Francisca Keila de Freitas et al. Processos de inclusão e formação do aluno surdo na educação superior: Uma realidade vivenciada no interior do Amazonas. **Brazilian Journal of Development.** Curitiba, v. 6, n. 8, ago. 2020, p. 58777-58792.

ANSAY, Noemi Nascimento. **A trajetória escolar de alunos surdos e a sua relação com a inclusão no ensino superior.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

AZEVEDO, Marlon Jorge Silva de. Considerações dos estudos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. In: **Mapeamento e contribuições linguísticas do professor surdo aos índios surdos da etnia Sateré-Mawé na microrregião de Parintins.** Dissertação (Mestrado em Letras e Artes). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus: UEA, 2015, p. 17-33.

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr., 2010.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais - libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. . Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Brasília: MEC/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, 2020.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos.** 2. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Série Saberes e práticas da inclusão).

COSTA, Simone Cardoso da. **Metodologias de ensino de língua portuguesa para alunos com surdez.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2019.

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista De Piracicaba, São Paulo, 2011.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 127-150, dez., 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 65. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Gleides Roberta. Ensino do português como segunda língua para o aluno surdo. **REAE - Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v.1, n.2, p. 100-111, ago./dez. 2016.

JACINTO, Carlos Antonio. **Letramento acadêmico de surdos: reflexões acerca das ações implementadas por um projeto multidisciplinar e inclusivo de letramento.** 2021. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisas: Planejamento e Execução de Pesquisa, Amostragem Técnica Elaboração, análise e Interpretação de Dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Leitura, escrita e surdez.** São Paulo: FDE, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; SCHMIEDT, Magali L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima et al. **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** v. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2004. (Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SILVA, Polliana Barboza da. **A inclusão do estudante surdo no ensino superior: das percepções de estudantes surdos e seus professores às práticas de sala de aula.**

Estudo de caso. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015.

SILVA, Valéria, Simplício; BORDAS, Miguel Angel Garcia; LIMA, Raquel Pereira. Aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua por alunos surdos: o atendimento educacional especializado no ensino superior. **The Specialist**, São Paulo, v. 40 n. 3, p. 1-13, 2019.

SOUZA, Rita de Cácia Santos et al. **Introdução aos estudos sobre educação dos surdos**. Aracaju, SE: Criação Editora, 2020.

STROBEL, Karin. Os artefatos culturais do povo surdo. **As imagens do outro sobre cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008, p. 37-79.

VIANA, Marcos Vinícius Guimarães; GOMES, Márcia Regina. Desafios do aluno surdo no ensino superior. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, nº 53, p. 197-214, jan./jun., 2020.

VIEIRA, Divino Gomes; LIMA, Hildomar José de. O teatro como instrumento pedagógico na educação de surdos. **Revista Sinalizar**, v.1, n.1, p. 93-102, jan./jun., 2016.